

NOTÍCIAS AFRICANAS 45

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 24 A 30 de JANEIRO DE 1994

ANGOLA

Negociações para americano ver

É o que parece estar acontecendo em Lusaca. Também pode-se estar à espera dos resultados das eleições de 27 de abril na África do Sul, das quais pode sair, dependendo do percentual da vitória do ANC, uma situação de partilha do poder ao lado de um governo de unidade nacional.

A Unita e o governo de Luanda mantêm-se sentados à mesa de negociações por pressão norte-americana, sobretudo os rebeldes de Jonas Savimbi, sobre quem paira a ameaça de novas e pesadas sanções – congelamento das contas bancárias e fechamento das representações no exterior.

Nesta nova rodada de negociações, as conversações parecem ter começado da estaca zero. Embora tudo seja cercado de sigilo, o que se depreende é que não é possível negociar somente a partir dos resultados eleitorais e das resoluções da ONU. Conta muito aí a situação de correlação de forças no terreno militar. Quando a Unita se mostra disposta a ceder nesse terreno, ela exige uma correspondente compensação no campo político, isto é, na partilha do poder – ministérios fortes, governo com elevada autonomia em certas províncias, participação na polícia etc.

Sendo, portanto, a correlação de forças o que pode permitir um acordo de natureza global, militar e política, as soluções militares que porventura já tenham sido encontradas pouco valem em si mesmas. Nesse contexto, não será produtiva a pressão internacional no sentido de forçar soluções. Ela tem que produzir consensos indispensáveis para um acordo global e duradouro.

Face a essa lógica que está presidindo as negociações, os duros de Luanda reagem, desejando melhorar a situação militar do governo, já que a regra do jogo é a correlação de forças. O jornal *Público* apurou que as Forças Armadas Angolanas deram o prazo de um mês aos negociadores, antes de retornarem ao combate. O mesmo jornal noticia que “não param de chegar novas remessas de sofisticado equipamento militar, incluindo os seis mil foguetes brasilei-

ros do tipo X-40 e X-60 (o número depois da letra equivale ao raio de alcance) recentemente adquiridos à Avibrás por US\$ 160 milhões”. A revista *Veja* (15.9.93) já havia anunciado a venda.

Um sintoma do endurecimento de Luanda foi o boicote a uma reunião de militares que Alioune Beye, representante da ONU, tentou pressurosamente marcar para São Tomé.

Apesar disso, não nos parece provável a retomada dos combates além do baixo nível atual. A pressão norte-americana voltaria a funcionar para os dois lados. Quando, em meados do ano passado, as Forças Armadas empreenderam grande ofensiva sobre Huambo, Washington pressionou o presidente José Eduardo dos Santos e também garantiu que não toleraria uma ofensiva da Unita em direção a Luanda. Esse fato é, inclusive, citado pelos duros do MPLA no ataque que fazem aos políticos que cederam à pressão norte-americana.

Aos duros no campo militar somam-se os ataques dos ortodoxos, como o atual governador de Benguela, Paulo Teixeira Jorge, ex-ministro das Relações Exteriores e um dos chamados “históricos” do MPLA. Eles apontam para a incapacidade das Forças Armadas e acusam alguns generais de corrupção através dos negócios que a guerra propicia. O presidente Dos Santos está sendo pressionado, desde o final do ano passado, a reformar o gabinete, mudando vários ministros tidos como incompetentes ou corruptos.

O alto custo de vida atingiu já a classe média, mas não parece ter ainda prejudicado os privilegiados do governo ou aqueles que têm acesso a altos negócios como, por exemplo, o contrabando de diamantes – o mais rápido meio de se fazer fortuna em Angola. Ainda em dezembro passado, o governo autorizou o gasto de US\$ 2,5 milhões com cestas natalinas destinadas a cinco mil privilegiados.

José Maria Nunes Pereira

Tudo a temer

O sofisticado armamento que vem sendo adquirido pelo governo bem como o poderoso arsenal com o qual a Unita tem imposto forte cerco a algumas cidades indicam que os preparativos para a guerra têm ultrapassado os esforços de ambos pela paz. Na certeza de que um novo recrudescimento da guerra causaria danos irreparáveis ao pouco que já se conseguiu com as negociações, Alioune Beye pretende acelerar os debates no campo militar.

A primeira sondagem no terreno das conversas militares ocorrerá, no entanto, por oposição ao que Beye havia programado inicialmente. O início do diálogo na esfera militar será implementado por se ter instaurado um impasse no campo político. Anteriormente, havia sido proposto que as discussões militares só acontecessem após a solução das dificuldades na esfera política. A decisão de alterar a programação previamente acordada demonstra o temor de Beye com a possibilidade de uma nova ofensiva dos dois beligerantes.

Apesar de boa parte dos analistas – e até mesmo do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal – concordar que qualquer decisão sobre a crise angolana deverá ter em conta o processo eleitoral sul-africano, muitos deles esquecem de ressaltar que a proximidade desse sufrágio tende a produzir um agravamento no caso angolano.

O tão citado grupo de extrema direita existente na África do Sul e que possui ramificações em toda a África Austral defende a divisão de poderes como a melhor solução para a região. Evidentemente, esse grupo, que durante anos tem apoiado a Unita, não perderá a oportunidade de demonstrar com o processo angolano a coerência de sua tese. Savimbi sabe muito bem que não está sozinho no cenário da África Austral.

Marcelo Bittencourt
(Pesquisador do CEEA)

- Angolanos escondidos em Berlim 3
- “Sexta-feira sangrenta” gera crise política em Angola 4
- Entendimento impossível 6
- Savimbi ameaça governo 6
- Angola em lógica de guerra 7
- De novo o factor cubano 7
- Sob o signo das crises 8
- O golpe de teatro 8

- Intentena vira inventona 9
- Crescendo de violência 11
- BLI procura sócio sul-africano 12
- Inkatha sob pressão 13
- África do Sul no fio da navalha 13
- Observadores da ONU na África do Sul 14
- Extremistas boers espalham terror 14



vozes em português

Pepetela*

Agarra que é polícia!

PÚBLICO, 16 1 94

Uma das últimas instituições a serem derrubadas no meu pedestal de menino foi a polícia. Lembro-me do choque que me provocou um qualquer filme americano em que os polícias eram violentos e corruptos; creio ter sido o primeiro factor a abalar a minha confiança. Até então, nunca me tinha sequer ocorrido que entre ladrões e polícias a diferença pudesse ser pequena, apenas o lado em que se estava na barricada. Geralmente, os livros policiais e os filmes eram bastante maniqueístas, dum lado o detective ou polícia íntegro, e do outro os bandidos horrorosos. E essa ideologia era reforçada pelo que eu ouvia em casa ou na rua.

Lembro-me de três polícias na Benguela da minha meninice: o Silva, o Rosas e um terceiro de que já falo. Não sei se havia outros, penso que não. Eles eram auxiliados pelos cipaiois, que se ocupavam unicamente dos bairros periféricos, forma polida para dizer bairros de negros. O Silva e o Rosas eram rosados e gordos e andavam sempre de bicicleta. O terceiro, vindo mais tarde, andava numa grande mota e tinha botas de montar. Por isso lhe chamei sempre o polícia das botas e assim ele era tratado na cidade. Este ocupava-se dos assuntos de trânsito e os outros dois da ordem pública.

Era do Silva ou do Rosas que nós tínhamos de fugir quando nos corria mal algum assalto para roubar fruta numa quinta do Cavaco, ou se por azar uma pedrada falhava o alvo e partia o vidro de alguma janela. Era com eles que fazíamos corridas de bicicleta, cujo resultado era antecipadamente conhecido: nós à frente, a saltarmos passeios e até muros baixos, enquanto eles tinham de parar, sair da bicicleta, ultrapassar o passeio ou o muro, voltar a montar, tudo com a máxima dignidade. Quando o faziam, nós já estávamos longe. Eram também eles que nos vinham agarrar se entrávamos no cinema ou no futebol saltando o muro e fôssemos descobertos. Claro que os odiávamos mais do que a qualquer coisa no mundo. Mas nem me passava pela cabeça que o Rosas ou o Silva pudessem subtrair o dinheiro de uma multa ou exigir uma quantia qualquer para não avançarem com um processo. E talvez o fizessem, eu é que nem acreditaria.

Vi o tal filme americano e perguntei-me: o Rosas ou o Silva seriam também capazes de perseguir e maltratar um inocente só porque era negro, ou para lhe extorquir dinheiro? Foi pergunta que durante algum tempo me perseguiu, até me informar de mais coisas e acabar por perder a inocência virginal. Nessa altura respondi à pergunta pela afirmativa, claro que eram capazes disso e de muito mais, eram polí-

cias do fascismo. Assim foi derrubado o muro de credibilidade que eu compunha à volta da última instituição. Depois disso eu tinha o terreno adubado, só faltava a semente para me tornar revolucionário.

Os tempos realmente mudaram e não sei se por influência ainda dos filmes, da televisão ou de sei lá o quê, o certo é que não existe hoje criança de dez ou doze anos que tenha essa fé na honestidade da polícia que eu tinha na altura. É pena, pois isso dava segurança. Nós até tínhamos um comportamento que por vezes poderia, com certo exagero, ser rotulado de pré-delinquente. Mas se enfrentássemos algum problema mais sério, por exemplo um Bito a querer dar-nos surra, ficávamos ao pé do Rosas ou do Silva e nada nos acontecia. A polícia assegurava a ordem, pelo menos para certa camada social.

Hoje é o que se vê: polícias a darem o exemplo de assalto a armazéns, polícias a extorquirem dinheiro a motoristas perfeitamente em ordem, polícias a maltratarem gente na rua por qualquer razão menor ou mesmo sem razão nenhuma, polícias a serem presos em massa por descumprirem as ordens e festejarem com rajadas a noite de Natal, provocando mortes e ferimentos. É um festival de delitos, que eu antes julgava serem apenas executados por bandidos. E continua a ser verdade: só bandidos os executam, mas hoje não há como distinguir uns dos outros, nem as fardas ajudam. E o problema é que, se fosse só aqui, uma pessoa justificava-se com o atraso natural, a guerra, falta de quadros ou de matéria-prima, e outras razões que levam o nosso polícia a situações de excepção. Mas é um caso generalizado, com comprovativos nos jornais de todo o mundo. É uma instituição que oferece cada vez menos credibilidade. Não é por acaso que alguns admitem que o chefe do FBI tenha mandado matar JFK.

E no entanto ainda não se inventou outra melhor para o mesmo objectivo. As chamadas milícias dos países que se dizem socialistas só eram diferentes no nome. E chegamos ao nó do problema: se não acabo por ter saudades do Rosas e do Silva, figuras protagonistas de um tempo que ninguém quer que volte, tenho pelo menos saudades da minha ingenuidade perdida que me fazia acreditar na integridade policial, que ao menos era uma referência. Para não fazer como Nga Fefa, vizinha da frente aqui no largo, que diz sair cada vez menos à rua, porque já não sabe se tem mais medo dos ladrões se dos polícias. Já faltou mais para os povos do mundo irem para a rua gritar: "Agarra que é polícia!" ■

* escritor angolano

ESTE ANO, o Carnaval em Angola não será apenas o desfile tradicional. De Luanda chegam-nos notícias que dão conta de uma grande movimentação à volta desta festa. Para além dos desfiles, preparam-se ciclos de palestras, exposições, encontros, entre outras manifestações que visam celebrar de forma diferente o mês de Fevereiro. A galeria Umbi-Umbi anunciou já uma grande exposição do fotógrafo angolano Pinto Afonso, mais conhecido nos meios luandenses por Pintógrafo. Com mais de 25 anos de carreira, Pinto Afonso foi repórter do "Jornal de Angola", trabalhou na publicação "Novembro" e pertenceu aos quadros da televisão angolana. As suas fotografias percorreram o mundo em publicações periódicas, calendários e cartazes. Não obstante, Pintógrafo nunca expôs. Esta será uma ocasião de Pinto Afonso, reportando vários anos do Carnaval angolano, promover a sua estreia e a retrospectiva da sua obra fotográfica.

OS CABO-VERDIANOS aguardam com expectativa o lançamento do primeiro CD do jovem músico Homero Andrade, que acaba de gravar "Cretcheu Flor Fina" ("Cresceu Flor Fina"), em Lisboa. O disco conta com o concurso de Eduardo Paim, conhecido artista angolano, nos arranjos. O ano passado, Andrade, que é bancário, gravou em cassete "Fidjo D'Sao Cente" (que significa filho de São Vicente, aliás, a sua terra natal). Em Cabo Verde, prepara-se também a próxima edição da revista literária "Fragmentos", dirigida por José Luís Hopfler Almada. O número em questão contará com a colaboração de escritores angolanos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses, para além dos próprios cabo-verdianos. "Fragmentos" é editada pelo Movimento Pró-Cultura. Tem uma periodicidade bastante irregular. O último número saiu há seis meses. As páginas desta revista contam com a colaboração de nomes importantes da cultura das ilhas crioulas, entre os quais Arménio Vieira, Arnaldo França e Mário Fonseca.

Nelson Saúte

Lusaca

UNITA diz que ainda se estão a dar os “primeiríssimos passos”

O REPRESENTANTE da UNITA em Portugal, eng. Adalberto Costa Júnior, declarou ontem à noite ao PÚBLICO que em Lusaca ainda se estão a dar “os primeiríssimos passos” nas diferentes questões a tratar, pelo que não lhe parece possível que por enquanto se reúnam em São Tomé as chefias militares das duas partes em conflito.

No seu entender, “não tem qualquer espaço de fundamento” a informação, que a agência Reuter ontem atribuía a um funcionário do Ministério são-tomense dos Negócios Estrangeiros,

segundo a qual principiariam hoje naquele país lusófono — com a presença do representante da ONU, Alioune Blondin Beye — conversações sobre os aspectos militares da pacificação de Angola.

Só depois de se avançar em Lusaca na resolução das questões políticas é que poderá eventualmente haver em São Tomé uma reunião para acerto dos pormenores do cessar-fogo. E na capital zambiana ainda se está agora no princípio da discussão das questões da polícia, depois das quais se irá para o “dossier” político propria-

PÚBLICO, 11 1 94

mente dito, disse Adalberto Costa Júnior, segundo o qual é de admitir que os trabalhos ainda se possam prolongar por muitas semanas.

Por outro lado, considerou que, a realizar-se em São Tomé uma reunião dos estados-maiores militares angolanos, isso será justificado pela “necessidade de compensar o esforço” do Presidente Miguel Trovoada em prol da paz. Mas também notou que uma delegação militar da UNITA nunca seria [ao contrário do que se afirma no telegrama da Reuter] chefiada pelo general

Paulo Lukamba Gato, pois que este tem no partido um papel exclusivamente diplomático, apesar da sua patente.

Fonte da Presidência da República de São Tomé e Príncipe disse entretanto à correspondente do PÚBLICO naquele país, Conceição Lima, que qualquer reunião de carácter militar sobre Angola só se deverá ali efectuar depois de se conseguir um substancial avanço nas conversações que a semana passada foram reatadas em Lusaca. ■ J.H.

Conflito entre Igrejas e Estado

Angolanos escondidos em Berlim

PÚBLICO, 12 1 94

A COMISSÃO para questões dos estrangeiros do Parlamento de Berlim reúne-se hoje para discutir a política a seguir em relação aos cerca de 200 refugiados angolanos que pediram asilo na cidade. Na origem do debate está um pedido de “paragem imediata das expatriações para este país onde a guerra civil é ainda mais terrível que na Bósnia”, feito por diversas organizações humanitárias como a “Asilo na Igreja”. Uma iniciativa das Igrejas Católica e Protestante de Berlim, que nas últimas semanas resolveram usar o velho direito de guarida, para defender da expatriação 15 angolanos cujos pedidos de asilo haviam sido recusados.

Uma situação extrema, explicou ao PÚBLICO Cornelia

Bührle, irmã do Sagrado Coração de Jesus formada em Direito, assessora do Cardinal Sterzinsky, bispo de Berlim, em questões de migração. “Mas — explica — humanamente é inadmissível reenviar homens, mulheres, entre elas duas grávidas, e uma pequena criança para a guerra civil.”

O “litígio” entre Igreja e órgãos de Estado começou quando, na sequência de um apelo para que fosse dado asilo temporária aos 15 cidadãos angolanos, a 21 de Dezembro, o senador berlinense Dieter Heckelmann participou à Polícia dos Estrangeiros e ao parlamento da cidade não ver razões para travar as expatriações para Angola.

Nem o facto de dizer que a

sua posição foi tomada depois de consultar o Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a situação em Angola, ajudou o senador democrata-cristão. sobre ele caíram organizações humanitárias activas como a Cáritas, e de apoio a refugiados na RFA, como a conhecida Pró-Asilo, acusando-o, e ao Governo, de minimizar a situação. “O perigo para as suas vidas na sua terra natal é real”, disse ao PÚBLICO Michael Maier-Borst, responsável pelo grupo de trabalho “Angola” da Amnistia Internacional em Berlim. O que pedimos, explica, “é no fundo o pior status que um ser humano pode ter, é que a expatriação seja adiada...”. Um estatuto que, diz, os coloca “abaixo dos asilados, não lhes dando direito a re-

ceber qualquer ajuda do Estado, e que só lhes permite ficar aqui mais algum tempo”.

As Igrejas de Berlim não parecem dispostas a dar tréguas ao Estado. Numa reunião com responsáveis das organizações humanitárias e das Igrejas Católica e Protestante para fazer um ponto da situação, a empenhada assessora do bispo de Berlim remetia todos os que dizem “não se pode albergar refugiados de todos os países em que há guerras civis” para um exame de consciência: “A Igreja — disse — não tem problemas em ir contra a maré, não tem medo de perder eleições.” ■

Lina de Lonet Delgado,
em Berlim

“Sexta-feira sangrenta” na Assembleia de Luanda

PÚBLICO, 12 1 94

HOJE REALIZA-SE a primeira sessão de 1994 da Assembleia Nacional (AN) de Angola, marcada pela apreciação do relatório de uma comissão de inquérito aos acontecimentos de 22 de Janeiro de 1993 que vitimaram pelo menos 100 pessoas em Luanda.

O relatório iliba o Governo de responsabilidades nos confrontos que opuseram polícias, militares e civis de Luanda (quimbundos) a zairenses e angolanos regressados do Zaire (bacongós). No texto da comissão de inquérito pode ler-se que não existiram quaisquer motivações tribais por trás da “sexta-feira sangrenta”, considerada uma manifestação espontânea seguindo um sentimento de revolta contra a participação do Zaire, ao lado da UNTTA, no conflito angolano.

Ainda de acordo com o inquérito, os acontecimentos de Janeiro de 1993 teriam sido alimentados pelo anúncio da Rádio Nacional de Angola de que tropas zairenses preparavam um atentado contra o presidente José Eduardo dos Santos.

Na ocasião dos confrontos a polícia angolana quantificou 12 mortos, apesar de várias testemunhas apontarem para mais de 100. Esta discrepância levou Fulupinga Lando Vitor, de origem bacongá (norte de Angola) e líder do Partido Democrático para o Progresso de Aliança Nacional Angolana que apoiou a candidatura de Jonas Savimbi às presidenciais, a exigir a averiguação parlamentar dos acontecimentos.

Vários deputados do MPLA

acusaram na ocasião a UNITA, espulsa de Luanda cinco meses antes, de juntamente com Fulupinga ser a culpada da perseguição aos bacongós.

A comissão de inquérito entretanto formada, composta por 13 deputados das principais for-

ças políticas da AN, acaba por ilibar quer o MPLA quer a UNITA de responsabilidades da “sexta-feira sangrenta”, adiantando apenas que a maioria dos polícias envolvidos ainda está em liberdade, aguardando os desenvolvimentos dos respectivos processos. ■

16 homicídios em Luanda

PÚBLICO, 12 1 94

FONTE do comando da polícia de Luanda disse ontem à agência Lusa que foram assassinadas 16 pessoas na capital angolana no decorrer da última semana, enquanto que 15 outras sofreram ofensas corporais graves. Estes são alguns dos casos mais dramáticos dos 119 crimes ocorridos no mesmo período naquela cidade. Destes crimes, 95 foram resolvidos e registaram-se 117 detenções. ■

Questão da polícia paralisa conversações de Lusaca

Guerra ganha terreno em Angola

AS DIVERGÊNCIAS entre o Governo e a UNITA nas negociações de Lusaca centravam-se ontem na questão da polícia, enquanto de Luanda chegam notícias de confrontos e de reforço dos meios militares governamentais que ameaçam os esforços de paz de Alioune Beye — o mediador das Nações Unidas.

As questões da descentralização da polícia e da responsabilidade civil foram as primeiras a ser levantadas, mas o que mais preocupa a UNITA é a polícia antimotim, que foi constituída em Maio de 1992 e, sob a designação de "ninjas", se tornou no principal labelo acusador de Savimbi já durante a campanha para as eleições de Setembro desse ano. Os mandatários de

Savimbi em Lusaca exigem a dissolução da polícia antimotim como base para qualquer discussão.

A comunicação social de Luanda, controlada pelo Governo, falava ontem de ausência de progressos nas negociações, que contrapunha ao reacender dos combates: segundo a rádio, a UNITA terá atacado diversas localidades nas províncias do Bié e Cuanza Sul, para além de Labongos, 100 quilómetros a nordeste da capital, Tchinguenge e Ucuma, na província central do Huambo.

Em Luanda volta, assim, a agitar-se o fantasma de uma ruptura nas negociações de Lusaca, aumentando nos meios políticos e militares do Gover-

PÚBLICO, 12 1 94

no os adeptos de uma reviravolta nas frentes de batalha. O PÚBLICO apurou de fonte militar não oficial que a não existirem sinais de um cessar-fogo efectivo, o compasso de espera das Forças Armadas Angolanas (FAA) termina em finais deste mês. Daí para a frente, de acordo com a mesma fonte, "cabará aos políticos manterem abertas as portas das negociações".

Ao aeroporto da Catumbela, a principal base aérea das FAA que fica nas proximidades de Benguela, não param de chegar novas remessas de sofisticado equipamento militar, incluindo os seis mil foguetes brasileiros do tipo X-40 e X-60 (o número depois da letra equivale ao raio de alcance) recentemente

Aguiar dos Santos, em Luanda

te adquiridos à empresa Avihrás por 160 milhões de dólares (cerca de 28 milhões de contos).

A possibilidade de um rápido recrudescimento dos combates explica a pressa com que Alioune Beye — o mediador das Nações Unidas — quer reunir, a partir de hoje em São Tomé, os chefes militares dos dois contendores para uma abordagem dos aspectos técnicos do cessar-fogo e a fixação da data para ele começar a ser respeitado. Mas, de Luanda, não partiu qualquer confirmação deste encontro entre os generais Ben-Ben e João de Matos, um silêncio talvez revelador do cepticismo instalado nas hostes governamentais. ■

'Sexta-feira sangrenta' gera crise política em Angola

PÚBLICO, 14 1 94

UM CLIMA de tensão era, ontem à tarde, latente em vários bairros periféricos de Luanda, maioritariamente habitados por pessoas da etnia kikongo, aos quais foi lançado um apelo para não trabalharem e permanecerem em casa "em orações e reflexão" no próximo dia 22, quando se assinala o primeiro aniversário dos tumultos conhecidos como "sexta-feira sangrenta".

O "Apelo aos Bakongo" (plural de kikongo) é uma reacção à divulgação, antes mesmo do assunto ir a debate no Parlamento, pelo oficial "Jornal de Angola", das conclusões do inquérito instaurado pelo órgão legislativo para apurar as circunstâncias em que, há um ano, foram mortas pessoas em número indeterminado — 12, diz o relatório, centenas, dizem os mentores do apelo —, originárias do norte de Angola, os "regressados" na gíria luandense. Baseando-se no depoimento de 112 testemunhas, entre as quais se contam entidades religiosas e "vítimas ou ofendidos", a Comissão de Inquérito da Assembleia Nacional (AN) diz que, na origem dos acontecimentos, não estiveram "motivações tribais", mas agentes da polícia, militares e elementos da Defesa Civil, expulsos pela Unita da região do Soyo com o alegado apoio de tropas zairenses.

Peça fundamental de um

processo que, mesmo antes de se preocupar em punir os 28 acusados pelos crimes, visa ilibar o Governo de qualquer responsabilidade, os zairenses acabam vítimas de uma manipulação escumoteadora de um crescendo de tensões inter-étnicas a que assiste nos últimos dois anos. Assim, prossegue o relatório da AN, foram indivíduos fugidos do Soyo quem, como retaliação contra maus tratos sofridos durante os combates, se vingaram nos museus de Luanda contra "presumíveis cidadãos zairenses", acabando, "infelizmente, em vez disso, por atingir compatriotas seus". E para deitar mais água na fervura, a Rádio Nacional falava, uns dias antes dos "massacres dos Bakongo perpetrados pelo MPLA", como se lê no mencionado apelo, um presumível atentado contra o Presidente Eduardo dos Santos, por detrás do qual estaria, mais uma vez, a mão das tropas de Mobutu.

Apesar da polícia estar comprovadamente envolvida nos incidentes — oito agentes foram detidos e depois soltos, a exemplo dos demais implicados, por ter prescrito o prazo da prisão preventiva — o relatório apenas toca ao de leve na indiferença com que algumas esquadras acolheram as vítimas em busca de socorro. Ao invés, destaca alegações da corporação segundo as

quais o rótulo dado aos acontecimentos (sexta-feira sangrenta) por certos partidos da oposição visava "a consumação de um plano de balcanização do país".

Incompreensivelmente, o inquérito mandado instaurar pelo principal órgão de soberania do país, e concluído por 13 deputados do MPLA, Unita, FNLA e PSD (Partido Social Democrata) omite a identificação dos partidos que, supostamente, procuraram "tirar dividendos de tais acontecimentos", cujos argumentos, segundo a polícia, estão em sintonia "com alguns aspectos basilares inculcados num plano gizado pela Unita visando o enfraquecimento de acções tendentes à defesa da unidade nacional". No entanto, as reacções dos visados, sobre as quais a imprensa estatal fez tábua rasa — não se fizeram esperar. O PDP-ANA (Partido Democrático para o Progresso de Aliança Nacional Angolana) considera o inquérito parlamentar "tendencioso, viciado e contraditório". E parte a loiça toda: acusa o governo de não dispensar tratamento igual a todas as etnias, e a polícia (que matou, pilhou, violou e saqueou cidadãos inocentes) de não ser neutra nem conhecer as regras do jogo democrático.

Diz o partido liderado pelo deputado Mfulumpinga Victor que

quem semeia as divisões étnicas é o MPLA, por apenas distribuir armas aos elementos kimbundos da Defesa Civil. "Todo o angolano sabe que as armas [da defesa Civil] serviram para atirar sobre os seus irmãos. Esses que receberam as armas são o povo de primeira classe? E os ofendidos e violados são de segunda classe?", questiona-se o PDP-ANA.

Também o PSDA (Partido Social Democrata Angolano), outro partido de raiz bakongo, acusou "funcionários administrativos", que não identificou, de envolvimento nos tumultos de Janeiro do ano passado. Milton Kilandomoko, o seu presidente, qualifica, por seu turno, "de pura mentira" as conclusões de um Inquérito instaurado apenas para salvar a face do regime. "Os polícias matam, a defesa Civil mata e ninguém vai a tribunal".

Mas se a Comissão de Inquérito não deu importância aos requintes com que se assassinaram muitas das vítimas, quem não esteve com rodeios foram os subscritores do "Apelo aos Bakongo": no mercado da Asa Branca, um autocarro onde viajavam "regressados" foi queimado com passageiros só porque o seu motorista carregara muito no "r" ao pronunciar arroz; noutro bairro popular, no Palanca, uma velha de 70 anos foi morta por um grupo de garotos que lhe introduziram uma garrafa de cerveja na vagina; e "várias mulheres bakongo sucumbiram após violações sofridas por parte de elementos das chamadas forças auxiliares do Governo do MPLA", no mercado Roque Santeiro. ■

Aguiar dos Santos, em Luanda

Conversações angolanas de Lusaca entraram no terceiro mês

Entendimento impossível

Jorge Heitor

Dois meses já passados sobre a chegada à Zâmbia dos negociadores que deveriam procurar restabelecer a paz em Angola, está-se ainda a meio da agenda estabelecida no dia 19 de Novembro, nada deixando prever que nos tempos mais próximos seja possível concluir o processo eleitoral e normalizar a vida dos angolanos. O conflito está para durar.



Presidente José Eduardo dos Santos

acudou na sexta-feira à noite a UNITA de levantar obstáculos nas conversações que há dois meses principiaram em Lusaca, e de se recusar intransigentemente a aceitar de um modo claro que foi derrotada nas eleições de Setembro de 1992.

Quase ao mesmo tempo, Jonas Savimbi dizia, em comunicado datado do Huambo, que de facto contesta "os instrumentos jurídicos e os métodos das eleições legislativas", mas que não é por isso que pegou em armas. Antes porque, nos dias 30, 31 Outubro e 1 de Novembro daquele ano, o partido vencedor, o MPLA, teria procurado liquidar fisicamente os adversários.

As duas partes continuam sem se entender, hoje como há dez ou há vinte anos. UNITA e MPLA puxam cada um para o seu lado, num velho conflito que só teve como curto interregno — e talvez mais aparente do que real — os 17 meses que mediaram entre a rubrica dos acordos de Bicesse e o anúncio do resultado das eleições presidenciais e legislativas.

As Nações Unidas conseguiram em Lusaca que o partido de Savimbi aceitasse a validade dos acordos que Portugal conseguira estabelecer entre as duas par-

tes, o resultado das eleições e a resolução 864 do Conselho de Segurança, a pedir-lhe que se retirasse imediatamente das posições ocupadas desde o reatar das hostilidades, em Novembro de 1992.

Adoptaram-se depois os princípios gerais e específicos de um cessar-fogo de que todos estão à espera desde há um mês e estabeleceu-se um calendário para a aplicação de tais princípios, mas foi como se tudo fosse letra morta, pois o tempo continua a passar e o desentendimento perpetua-se. Dizem até alguns diplomatas que nada se resolverá em Angola enquanto não houver na África do Sul um Governo de Unidade Nacional, depois das eleições de 27 de Abril; e julgam os mais cépticos que nem então será possível ultrapassar as velhas rivalidades étnicas e culturais que separam o MPLA instalado em Luanda do grande senhor do Planalto Central.

O muito que falta

Resta ainda em Lusaca saber ao certo como é que irá ficar constituída a polícia nacional, se terá ou não uma unidade antimotim, se haverá polícias específicas a nível provincial; determinar o futuro mandato das Nações Unidas em Angola; chegar a um consenso sobre os ministérios e as embaixadas que poderão ter participação da UNITA;

PÚBLICO, 16 1 94

definir um estatuto especial para Savimbi como chefe da oposição e determinar se terá mesmo de residir em Luanda ou se poderá ficar no Huambo; organizar a segunda volta das eleições presidenciais; marcar uma data e um local para a assinatura dos documentos que contenham tudo isto.

Pelo enunciado se verifica que há aqui pano para mangas, tanto mais quanto as duas partes nem sempre parecem actuar de boa fé e pelo meio se verificam muitos incidentes militares, que a toda a hora parecem lançar tudo a perder

O governo tem vindo quase dia a dia a dizer que a UNITA ameaça Cabinda e Malanje, se movimentam nas zonas de Cuíto e Menongue e actua noutras regiões, enquanto o partido de Savimbi responde que os governamentais é que se estão a armar até aos dentes, a bombardear "cidadãos indefesos" e a querer perpetuar o estado de guerra.

Ainda no comunicado de sexta-feira, o líder da oposição armada voltou a uma linguagem dura e pouco propícia a entendimentos, ao dizer que "o MPLA é corrupto e incapaz de governar sem armas"; enquanto — numa referência à pluralidade étnica do vasto país e em especial aos grupos que terão mais razão de queixa — apresentava a UNITA como "representante mais genuíno dos povos oprimidos e humilhados de Angola".

Tentando decerto garantir desde já o apoio dos bacongos de Holden Roberto e de outras minorias para quando tiver de ir à segunda volta das presidenciais com José Eduardo dos Santos, o homem do Galo Negro sublinhou: "Não podemos morrer todos, em nome de uma democracia de partido único". Mas entre tanto fonte da delegação governamental presente em Lusaca dizia à agência Lusa desconhecer o bombardeamento aéreo ao Bié que se teria verificado no dia 12 e que Savimbi apresentou como referência para ameaçar retaliar. ■

MÚTUAS ACUSAÇÕES EM ANGOLA — O comunicado emitido na sexta-feira à noite pelo gabinete do presidente da UNITA (ver pág. 12) foi ontem ao fim da tarde considerado por fonte do Governo angolano, citada pela agência Lusa, uma "verdadeira declaração de guerra", a "mostrar mais uma vez que Savimbi não está interessado na paz". Segundo aquela fonte não identificada, "o comportamento da equipa negociadora da UNITA é a prova de que essa organização está apostada em tudo fazer para continuar com a guerra, pois ao adiar a resolução de questões importantes está a ganhar tempo para continuar a matar angolanos". E "é mentira que se tenha efectuado [nos últimos dias] qualquer ataque aéreo de grande envergadura" na província do Bié, pretexto invocado por Jonas Savimbi para ameaçar com represálias. PÚBLICO, 16 1 94

Conversações de Lusaca em perigo Savimbi ameaça Governo

PÚBLICO, 15 1 94

O PRESIDENTE da UNITA, Jonas Savimbi, disse ontem à noite que "não pode tolerar por mais tempo os bombardeamentos das cidades e de cidadãos indefesos pela aviação do Governo". E que, "se a comunidade internacional não reconhece as falhas flagrantes das primeiras eleições em Angola e as concessões feitas pela UNITA, então está-se a perder tempo em Lusaca".

Em comunicado transmitido por fax para o PÚBLICO, Savimbi declarou que as suas Forças Armadas "não aceitarão nunca mais um bombardeamento aéreo como o

ocorrido no dia 12, no Bié. Haverá resposta imediata". E mais adiante afirmou que, "se todas as concessões militares feitas não ajudarem a questão da paz, então o que há em Lusaca é uma pura cabala a que a UNITA saberá responder".

Para ele, "alguns observadores são parte beligerante. Fornecem armas de morte massiva [sic] a uma das partes"; e, "além da guerra que os observadores avalizam, há seca no Planalto Central". Depois do que concluiu: "O povo sob a nossa jurisdição só quer a paz. Mas nós da UNITA não somos pacifistas."

Anteriormente, o porta-voz da

delegação da UNITA em Lusaca, Jorge Valentim, anunciara ter sido pedido à ONU e à Grã-Bretanha que ajudassem a bloquear um carregamento de armas russas para Angola, no sábado passado interceptado no Sul da Inglaterra.

Entretanto, à mesa das conversações, o Governo ofereceu 16 por cento dos lugares da polícia angolana à UNITA, mas esta achou "muito pouco" e pediu 40, disse à enviada da agência Lusa fonte que acompanha os trabalhos. Por outro lado, a Reuter noticiou que os homens de Savimbi têm procurado em vão que a Namíbia os deixe transportar milho daquele país para os hospitais que têm no Sueste de Angola e onde os doentes estão a morrer à fome. Choveu na região, mas as colheitas só deverão ser feitas em Maio. ■

Angola em lógica de guerra

PÚBLICO, 18.1.94

AS DUAS partes do conflito angolano continuam em perfeita lógica de guerra e ninguém em Luanda acredita que a paz possa ser possível antes de Abril, apesar das conversações que se arrastam em Lusaca.

Fonte militar disse ontem ao PÚBLICO, na capital de Angola, que o navio "Nora Heeren", que fora interceptado há 10 dias pelas alfândegas britânicas, sob a suspeita de transportar ilegalmente material militar de origem russa, já está de novo no mar, a caminho de Luanda, com tanques e peças de artilha-

ria pesada.

A UNITA aproveitou a ocasião para comentar que a Rússia, membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da trióica de observadores que tenta acompanhar o processo de pacificação, continua a fornecer material de guerra ao governo angolano.

O partido de Jonas Savimbi tem vindo a insistir que as autoridades continuam a adquirir armas e a treinar homens para a continuação da guerra apesar de se estar há três meses a tentar em Lusaca uma solução de

compromisso. E tanto afirma que o MPLA compra mísseis ao Brasil como emprega "mercenários sul-africanos, israelitas, espanhóis, portugueses, cubanos e russos", indo ao ponto de alegar nas suas emissões de rádio a partir da Jamba que o regime conta com o apoio de soldados cubanos para tentar reconquistar minas de diamantes na Lunda Norte.

A Rádio Nacional de Angola disse ontem que as tropas governamentais rechaçaram ataques dos rebeldes em redor da cidade de Malanje, tendo

morto mais de 50 guerrilheiros, enquanto a Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan) afirmou que os homens do MPLA bombardearam uma posição da UNITA na aldeia de Osoke, na província de Benguela, tendo inclusive caído bombas no cemitério.

Também há notícias de que Calulo, 280 quilómetros a sueste da capital, mudou mais de uma vez de mãos durante os últimos oito dias. ■

Aguiar dos Santos, em Luanda

UNITA cede em Lusaca

AS NEGOCIAÇÕES de paz em Angola, que desde Dezembro incidem sobre a reorganização da polícia antimotins, registaram ontem progressos significativos com a aceitação, por parte da UNITA, embora sob condição, que aquela polícia seja mantida sob um governo de união nacional. O desacordo entre a organização de Jonas Savimbi e o Governo do Presidente José Eduardo dos Santos a propósito da polícia angolana, e particularmente da antimotins, atrasou as negociações que decorrem em Lusaca, capital da Zâmbia, retomadas no dia 6 de Janeiro. A UNITA pedia que a unidade fosse desmantelada e dissolvida na medida em que era mais uma força militar que uma organização policial. Agora, segundo fontes diplomáticas citadas pela AFP, os rebeldes concordaram que ela seja mantida, mas acantonada sob o controlo das Nações Unidas e que não seja utilizada senão em desordens públicas. A UNITA pede entretanto que metade dos graduados desta polícia antimotins sejam elementos seus e que a força seja de novo treinada e armada de acordo com a sua missão específica. ■ PÚBLICO, 19.1.94

EXPLOSAO EM MERCADO DE CABINDA — A explosão de uma granada num mercado do enclave angolano de Cabinda provocou, ontem à noite, dois mortos e quatro feridos graves, informou um correspondente da France-Presse. O engenho foi accionado por uma das vítimas, um soldado das Forças Armadas angolanas que se encontrava no mercado de Nyenze, junto ao porto comercial de Cabinda. Não foi fornecida qualquer explicação para a atitude do soldado. A explosão, que paralisou a actividade do mercado, provocou o pânico entre os comerciantes e os populares presentes no local. PÚBLICO, 20.1.94

NOVOS CÂMBIOS EM ANGOLA — O Governo angolano decidiu dar aos bancos a possibilidade de intervir no mercado dos câmbios, declarando ilegal a troca de moeda nas ruas. Até ontem, existiam em Angola três valores em kuanzas para o dólar norte-americano: 6.500, no câmbio oficial; 55 mil, no flutuante; 115 mil no "paralelo". A decisão governamental acaba com a taxa intermédia e restringe a taxa oficial apenas a operações com impacto no Orçamento de Estado. Antevê-se, de acordo com analistas na capital angolana, alguma agitação social, com os efeitos desta medida sobre os grupos que viviam da venda de moeda estrangeira nas ruas. PÚBLICO, 21.1.94

MINISTRO CUBANO SUGERE REGRESSO A ANGOLA — O ministro cubano dos Negócios Estrangeiros admitiu que Havana pode enviar de novo tropas para Angola, em caso de intervenção de um país estrangeiro ao lado da UNITA. Numa entrevista publicada ontem pelo "Times" de Lusaca, Roberto Robaina notou contudo que isso nunca acontecerá se o conflito continuar a travar-se unicamente entre o MPLA e a UNITA. PÚBLICO, 21.1.94

De novo o factor cubano

PÚBLICO, 22.1.94

A UNITA disse ontem que a paz só será alcançada em Angola se de lá saírem "todos os mercenários", enquanto o ministro cubano das Relações Exteriores, Roberto Robaina, desmentia as informações da imprensa zambiana, segundo as quais teria admitido a possibilidade de Cuba enviar de novo tropas para aquele país lusófono.

Jonas Savimbi presidiu, em lugar não especificado, a uma reunião de emergência para rever a situação político-militar angolana e o estado das negociações de Lusaca, enquanto a Comissão Política da UNITA e o Estado-Maior General das respectivas Forças Armadas diziam estar "mais que informados que os cubanos e os russos estão de regresso"; e admitir que "na caravana estejam mercenários sul-africanos e de Israel".

A UNITA também afirmou que só haverá paz "se os russos comunistas deixarem de vender armas ao MPLA" e "se as eleições presidenciais forem organizadas pela ONU, com uma forte participação africana". Ao mesmo tempo que indicava não estar disposta a fazer concessões em Lusaca, nem aceitar que os governamentais houvessem conquistado no dia 20 Ukua (na província do Bengo, uns 120 quilómetros a leste de Luanda).

"Cuba mantém um absoluto respeito pelas negociações que o Governo angolano e a UNITA estão a efectuar para encontrar uma solução pacífica do conflito", esclareceu agora Robaina na Namíbia, depois de o "Times of Zambia" lhe haver atribuído a declaração de que o regime de Fidel poderia voltar a enviar tropas — como no fim de 1975 — se o MPLA lho pedisse, a fim de fazer face a uma invasão estrangeira.

Conversações paradas

Enquanto isto, as conversações de Lusaca estão interrompidas até segunda-feira e nos 15 primeiros dias da fase actual ainda não foi possível resolver a questão da polícia, que é a primeira das muitas que estão em agenda; pelo que os trabalhos se poderão muito bem arrastar por mais dois meses, se entretanto não se registar a temida ruptura.

Por outro lado, surgiu em campo nos últimos dias o Movimento para a Autodeterminação do Kongo (Mako), que, através da sua missão em Paris, declarou — num fax para o PÚBLICO — querer "libertar" as províncias do Uíge, Zaire e parte do Bengo, onde há petróleo, café, fosfatos e madeiras. ■

LUANDA SEM ÁGUA POTÁVEL — Uma avaria do sistema de captação de águas está a privar a capital angolana do fornecimento de água potável. Trata-se de uma ruptura na conduta que transporta a água desde o Kifangondo. O sistema alternativo está avariado. PÚBLICO, 20.1.94

Quatro anos de democracia em Cabo Verde

Sob o signo das crises

José Vicente Lopes
na Cidade da Praia

Cabo Verde entra hoje no quarto ano da sua vida democrática sem grandes motivos para comemorações. Pode um país tão frágil e pobre dar-se ao luxo de viver em permanente crise política?

Depois de 15 anos de regime de partido único, os cidadãos desta antiga colónia portuguesa elegeram pela primeira vez, a 13 de Janeiro de 1991, o partido que os deveria governar, num processo de transição política classificado de exemplar. O então emergente Movimento para a Democracia (MpD) obteve 70 por cento dos votos e relegou o seu único rival, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), no poder desde 1974, para o estatuto de oposição parlamentar.

Nestes três anos, foram adoptadas várias transformações, sobretudo económicas, tendo a iniciativa privada passado a exercer um papel preponderante na vida do país. Todavia, tanto a nível económico e social como de "competência", os resultados da mudança prometida pelos actuais governantes estão ainda longe de ser palpáveis.

A agravar essa situação, o MpD entrou em profunda crise durante o ano passado, como resultado da disputa de liderança

entre as alas do primeiro-ministro Carlos Veiga e a do ex-ministro da Justiça e do Trabalho, Eurico Monteiro. Temendo o avanço dos seus adversários internos, Carlos Veiga afastou em Março o que era então tido como o seu principal rival, Jorge Carlos Fonseca, dos Negócios Estrangeiros.

Depois de um ano difícil, em que não faltou o escândalo dos gastos do recém-demitido embaixador em Lisboa, Eugénio Inocêncio, dois outros importantes membros da hierarquia "emepedista" foram, em Dezembro, afastados do executivo: Eurico Monteiro e o seu colega Alfredo Teixeira, da Administração Pública e dos Assuntos Parlamentares. Isto sem contar com duas outras demissões, de secretários de Estado: António Maurício, da Marinha, e Rui Figueiredo, da Saúde.

No intuito de se ultrapassar a crise, foi convocada para 18 e 19 de Fevereiro uma convenção extraordinária do partido. O terceiro aniversário de vida democrática em Cabo Verde coincide precisamente com o momento alto da campanha para a escolha dos delegados a essa reunião máxima do MpD.

No corpo-a-corpo entre os dois grupos, os ânimos encontram-se exaltados, tendo-se registado um ou outro incidente. Não faltam sequer ameaças dos apoiantes de Carlos Veiga de incendiar o jornal "A Semana", cujo papel tem sido relevante na denúncia das irregularidades em que o Governo tem aparecido envolvido.

Carlos Veiga necessita de dois terços dos votos dos cerca de 200 delegados para, primeiro, rever os estatutos do partido,

PÚBLICO, 13 1 94

substituindo o método proporcional pelo maioritário, e, em seguida, eleger a sua lista para os órgãos directivos do MpD. A sua campanha tem-se baseado em valores como estabilidade, diálogo com a sociedade civil e competência. "Compromisso com Cabo Verde" é o seu lema.

Por sua vez, o grupo de Eurico Monteiro não esconde a dificuldade em vencer um homem que os cabo-verdianos se habituaram a ver como a encarnação do MpD. Todavia, tem explorado a ineficiência governativa e o afastamento gradual dos principais dirigentes, que, de alguma forma, eram críticos ou faziam sombra a Carlos Veiga, em favor de independentes ou de militantes de última hora.

"Ganhar para mudar, mudar para ganhar" é o lema com que Eurico Monteiro pretende reanimar o MpD, de modo a vencer as eleições legislativas de 1996. Além de defender um regresso às origens, é de opinião que, caso não sejam introduzidas mudanças nos dois anos que lhe restam de governo, o MpD corre o risco de ser varrido da cena política cabo-verdiana.

Para alguns observadores, esta crise deve-se acima de tudo à falta de diálogo entre os dois grupos. Tanto o bispo de Cabo Verde, D. Paulino Évora, como o Presidente, António Mascarenhas Monteiro, têm intentado, sem resultado, aproximar as partes, na mira de um compromisso. Outro que tentou mediar o conflito é o independente Manuel Faustino, ministro da Educação e, por acumulação, da Saúde.

Se, para o primeiro-ministro Carlos Veiga, a crise não tem impedido o país de funcionar normalmente, já para o Presidente da República o ambiente que agora se vive não tem "benefícios para o país", antes tem conduzido "a uma angústia colectiva que tem influenciado negativamente a produtividade e o empenhamento dos cidadãos".

Por sua vez, o PAICV, que, em Agosto, passou a ser liderado por Aristides Lima, não tem perdido esta oportunidade para se fazer ouvir. Segundo o seu secretário-geral, nunca na sua história independente Cabo Verde registou mais baixos resultados em termos de crescimento económico, situação que o Governo diz que irá mudar este ano.

Ainda em relação a esse partido, as sondagens começam a dar-lhe sinais de recuperação. De acordo com uma sondagem feita nos dois principais centros urbanos do país (Praia e Mindelo), se as eleições fossem em Dezembro, o PAICV ganharia com 24 por cento e o MpD ficaria em segundo lugar com 18 por cento dos votos, apenas a abstenção se manteria à volta dos 50 por cento. Em três anos, esta é a primeira vez que o PAICV aparece à frente das intenções de voto.

Enfim, Cabo Verde entra no quarto ano da sua vida democrática num estado de profunda apreensão. A sensação é de que a crise no MpD não será resolvida com a próxima convenção, mas deverá prolongar-se, com consequências graves para o país. E, neste quadro, a antecipação das eleições legislativas começa a ser uma hipótese cada vez mais admissível. ■

Julgamento de Bissau volta-se contra o regime

O golpe de teatro

PÚBLICO, 13 1 94

JOÃO DA COSTA, líder do Partido da Renovação e Desenvolvimento (PRD) e candidato às eleições presidenciais, foi ontem de manhã ilibado de envolvimento nos acontecimentos de 17 de Março por Amadu Mané, o confesso assassino de um major das Forças Armadas guineenses, única vítima mortal da alegada tentativa de golpe de Estado agora em julgamento no Tribunal Militar Superior.

O alferes Amadu Mané retratou-se das acusações feitas

perante a comissão de inquérito e veiculadas pela televisão oficial afirmando que elas foram forçadas pela Polícia de Segurança de Estado que o obrigou a reproduzi-las oferecendo-lhe como contrapartida protecção e posterior liberdade.

Preso na Gâmbia, e não junto à fronteira como foi noticiado pelas autoridades de Bissau, cerca de um mês após o chamado caso de 17 de Março, Mané seria depois entregue às autoridades de Bissau e condu-

zido de avião para o seu país. Segundo afirmou no tribunal, logo no aparelho teve o primeiro encontro com o director-geral da segurança, coronel João Monteiro, que entre ameaças lhe terá garantido que todos os restantes detidos haviam confessado a existência de uma tentativa de golpe de Estado com implicação de figuras da oposição.

Já em Bissau foi mantido numa cave hermeticamente fechada próxima do cemitério de Antula. Ali, diz ter sido instruí-

do pelo ministro do Interior, Aboubacar Baldé, a anuir à versão apresentada pelo coronel Monteiro, que seria doravante o seu protector desde que assumisse a versão que implicava João da Costa, o ex-capitão Tagme Na Waie — hoje militante do Movimento Bafatá, partido também implicado e cujo presidente, Domingues Fernandes, é um dos declarantes identificados.

Ainda de acordo com Mané, assistiram àquilo que ele chama de "acto de montagem" os coroneis João Malaca, chefe da Casa Civil da Presidência, e Amílcar Baticá, chefe da Guarda Fronteira, que também ajudaram na

Continua na pág. 9

Intentona vira inventona

A transformação pelo PAIGC de um "incidente meramente casual" em tentativa de golpe de Estado está aparentemente a virar-se contra o próprio partido que tem até agora o monopólio do poder na Guiné-Bissau. E por isso o processo levantado a figuras da oposição corre o risco de se transformar em julgamento do próprio regime.

O julgamento do caso 17 de Março — alegada tentativa de golpe de Estado para derrubar da Presidência da República da Guiné-Bissau o general João Bernardo Vieira, "Nino" — forneceu ontem novos elementos que comprometem seriamente a polícia de Segurança do Estado, tendo à frente o ministro do Interior, Abubacar Baldé, e o seu director-geral, coronel João Monteiro.

O candidato às eleições presidenciais João da Costa, líder de um partido de oposição nascido de uma cisão no seio do PAIGC, em 1992, que hoje deve continuar a ser ouvido, refutou peça a peça todos os pontos constantes do libelo acusatório. O principal réu neste processo forneceu informações precisas, horas, locais e pessoas com quem se encontrou ao longo do dia 17 de Março do ano passado, data em que se verificaram os acontecimentos que culminaram com a morte do major Robalo Gomes de Pina, homem de confiança do general "Nino" Vieira. Pouco antes da hora provável do crime, João da Costa e outros líderes da oposição estavam reunidos na Presidência com o Chefe de Estado guineense.

Calmo e falando com segurança, João da Costa afirmou que nada do que diz o libelo acusatório corresponde à verdade dos factos. "Tudo isto não passa de uma farsa, montada pela polícia de segurança, que julga que eu não devo fazer política e que como tal devo desaparecer de cena", acusou o líder do Partido da Renovação e Desenvolvimento (PRD), que declarou ser perseguido apenas pelas suas opções políticas.

PÚBLICO, 141 94

Relatou ao colectivo dos juizes, presidido pelo brigadeiro Humberto Gomes, que foi coagido e ameaçado durante os interrogatórios, nomeadamente pelo coronel João Monteiro, e que a a certa altura, por não querer confirmar a versão de golpe de Estado, por eles alinhavada, lhe disseram: "Não penses que não podemos bater-te". Ao que respondeu: "Sei e muito bem, pois ainda me recordo da forma como fui espancado por vocês em 1982, quando me prenderam sem provas, alegando um outro golpe de Estado".

Várias contradições vieram à tona durante a audição. Uma delas está ligada ao facto de o relatório do médico que ordenou a remoção do corpo do malogrado militar ter desaparecido dos autos. Requerido pela defesa, provocou hesitação dos juizes, que declararam não o considerar relevante. Após protestos veementes dos advogados de defesa, acabaram por ceder. Mas quando a peça deu entrada no tribunal o juiz-presidente impediu a sua leitura, o que provocou motura, o que provocou momentaneamente um certo burburinho na sala de audiências, como sempre repleta de gente avida de conhe-

cer o desfecho deste processo.

Nos círculos políticos aumenta a interrogação sobre a real amplitude e a veracidade da intentona, que hoje muitos apelidam de "inventona". O ex-major Tagme Na Wae, antigo comandante da polícia militar, também ouviu ontem à tarde na qualidade de réu, desmentiu toda a acusação que pende sobre ele e sobre o seu partido, o Movimento Bafatá, dizendo que tudo não passa de uma invenção da Segurança de Estado, com fins políticos bem visíveis: "Por isso fui insultado e chamado de vende-pátria, que se juntou aos inimigos de ontem."

No fim das sete sessões que decorreram desde o passado dia 4, e após a audição de 17 arguidos, observadores políticos colocam a questão de saber o que vai fazer o regime. Dar as mãos à palmatória e punir os autores de mais uma desestabilização da sociedade guineense ou insistir na condenação de dezenas de antigos e actuais companheiros de trincheira que hoje afirmam publicamente que só queriam falar directamente com o Presidente "Nino" Vieira e reivindicar uma vida melhor a que acham ter direito. ■

Continuação da pág. 8

O golpe de teatro

pressão psicológica.

Amadu Mané confessou perante o tribunal ser o autor da morte do major Ubaldo "Robalo" de Pina, mas disse ter agido em legítima defesa quando este tentava apoderar-se de uma arma para o alvejar. "Nós não queríamos derrubar o regime, pretendíamos unicamente reivindicar melhores condições de vida porque a situação nos quartéis é de absoluta miséria".

Evocou os baixos salários, insuficientes para comprar arroz para consumo mensal, falta de comida nos quartéis, "os militares só comem uma vez por dia", a inexistência de instalações sanitárias, falta de lenha para cozinhar, "porque os carros só servem para levar esposas e comadres ao mercado e à praia".

Instado pelo juiz instrutor sobre a sua relação com João da Costa, referiu que não mantém qualquer relação com este dirigente da oposição desde

1982, altura em que ele criou o seu partido. Sobre a implicação de Na Waie e o Movimento Bafatá, esclareceu ser totalmente falso e forjada pela segurança de Estado.

Nino em xeque

O julgamento de João da Costa e de mais 16 pessoas implicadas começa assim a tornar-se uma autêntica dor de cabeça para o regime do Presidente Nino Vieira quando faltam pouco mais de dois meses para a realização das primeiras eleições livres e democráticas na Guiné-Bissau.

E que as declarações de Amadu Mané enquadram-se perfeitamente na linha do que disseram os primeiros 14 arguidos que recusaram ter conhecimento de qualquer tentativa de golpe de Estado. Todos eles assumiram a sua participação no

movimento generalizado dentro e fora dos quartéis reivindicando melhores condições de vida.

De acordo com o capitão Abdou Djassi, era impossível aceitar que "camaradas mutilados de guerra sejam hoje obrigados a pôr os aparelhos de próteses ao lado e trabalhar duramente nas bolanhas (campos de arroz) de sol a sol para sobreviverem como cidadãos de segunda categoria". Contou que foi obrigado a assinar as falsas declarações pela comissão de inquérito e ameaçado de fuzilamento pelo tenente-coronel da Força Aérea Celestino Costa.

Falando das razões que o levaram a pedir asilo à embaixada da Suécia, explicou que o fez por temer pela sua vida, pois andavam militares de patente inferior armados à sua procura e que um vizinho seu foi assassinado no seu próprio quintal dois dias após os acontecimentos de 17 de Março.

Mas o primeiro golpe de teatro sucedera já quando o réu Alexandre Braima Djau declarou que Malam Nhabali (um dos declarantes deste processo) lhe confessou, na presença de mais três arguidos, ter recebido do ministro do Interior e do director-geral da segurança 50 milhões de pesos (cerca de 800 contos) e madeira para a construção de sua casa a troco de manter perante o tribunal a versão de golpe de Estado.

Outro grande enigma neste processo de julgamento é o assassinio do major Robalo, pois Mané garante só ter disparado três vezes, no que é corroborado por testemunhas que na altura se encontravam no quartel. Todavia, o corpo do malogrado oficial exibia seis perfurações feitas a tiro. O julgamento continua hoje com audição do réu João da Costa. ■

António Soares Lopes,
em Bissau

Os moçambicanos sairão derrotados das eleições

Nélson Saúte*

PÚBLICO, 11 1 94

Há uma terrível esperança, ultramessiânica, que passa pelo quotidiano dos moçambicanos. Depois de longos anos de inenarrável sofrimento, sufrágio das guerras que sangraram até ao tutano o país, nas ruas fala-se de tudo menos da guerra. Mas o seu espectro, os seus fantasmas, sobrevoam, como morcegos, cuja aparição, na mítica tradição, significa mau agouro.

Este ano não será, em definitivo, o ano da paz. Não há condições para que se apaziguem os espíritos revoltados. Enquanto, quotidianamente, Aldo Ajello, o representante de Butros-Ghali em Moçambique, se esforça por apresentar um panorama de razoável entendimento, as notícias que nos chegam dos centros de acantonamento das forças do Governo e da Renamo desmentem os optimismos das Nações Unidas. A atitude de Ajello é compreensível. Moçambique está a tempo de constituir a tábua de salvação para a ONU a gerir crises, derrotadas que foram as iniciativas que empreendeu em vários pontos do mundo. Mas o que se não deve esquecer é que a mediação das Nações Unidas não tem criado um espaço de mediação entre os nacionais. Basta ouvir as declarações que se produzem nos "media" moçambicanos para se concluir o quão é ainda frágil o processo a decorrer.

É verdade que, um ano após o cessar fogo, não houve incidentes que perigassem esta paz precária que se vive. Então os abutres, por que portas entrarão? — perguntar-me-ão.

Estou convencido de que a Frelimo, na forma como está actualmente configurada, não constitui solução. Sente-se, aliás, que este partido, profundamente corroído, precisa de ser renovado. Não existem, no seu seio, os "enfant terrible" capazes de conduzir um processo de mudança. As figuras que se entreviam há uns tempos entretêm-se na mais infame das práticas — a corrupção. Mas, acredito, após as eleições, o partido irá fragmentar-se. O pacto do com-

prometimento vil será então insustentável.

A Renamo, por seu turno, nada traz como projecto político. Beneficia do acordo do esquecimento sobre as barbáries que cometeu, que, entretanto, se urdiram. Mas luta — lutam os seus líderes — por assegurar os privilégios que a traição dos votos pode sonegar. Durante a guerra, reclamavam democracia. E agora? Que querem mais?

Os ditos partidos de oposição — os que não beneficiam da caução das armas — desesperam. O bolo tem sido dividido entre os que têm os dentes enraivecidos de sangue. Mas tudo o que fazem, a despeito de raríssimas excepções, é mitigar as migalhas que transbordam dos inefáveis senhores da guerra.

O panorama é trágico. Mas nós não somos os únicos donos da desgraça. Falta referir o espaço das adversidades exógenas.

A África do Sul, que, provavelmente, vai às urnas em Abril, desempenhará um papel-chave no Outubro moçambicano. Se falhar a democratização cuja empreitada decorre desassossegada a sul, Moçambique irá beneficiar dos seus malefícios.

Como nos congratularemos da generosidade dos interesses subterrâneos — muitos dos quais deixam muito visíveis os seus tentáculos —, esforçam-se por garantir a parcela a que, pelo seu julgamento (ou no entender dos comparsas no poder ou dos que estão à espera dele), têm direito. Como não?

Enquanto isso os soldados — de todos os lados —, esfarrapados até ao espírito, congeminam os antidotos da fome. Os negócios sabem que a solução provável é o crime. Mas para quê tanta preocupação?

A notícia dos guerrilheiros evadidos não constitui alarme. Afinal, não estamos todos evadidos desta vida? Que mal faz um punhado de homens que se embrenham pelo mato a fugir da fome?

Enquanto isso um povo inteiro é prostituído. Depois de tanto ultrajado, depois da dignidade vendida a uma quinhenta — ainda se diz? —, o que é ver uma criança de dez anos no leito de um soldado da

Onumoz? Ou a sua família inteira comprada em "cash" por uns míseros dólares?

Não é só a falência das instituições que é preocupante em Moçambique. Cá por mim, é a falência do homem — dos seus valores. Nenhuma cosmética, como a que se assiste, com o emblema das Nações Unidas irá salvar os moçambicanos. Salvar-se-ão os seus missionários. No dia seguinte à sua partida, continuaremos a gerir o nosso desentendimento.

E só nós é que encontraremos o diálogo. Mas para isso teremos que ultrapassar esta geração libertária, consagrada pela Frelimo, ciosa de poder. Para lá chegarmos teremos que derrotar esta Renamo preocupada com as benesses que o poder poderá consentir. Também necessitamos de uma oposição preocupada em fazer política. E, sobretudo, uma sociedade civil. Porque ela não existe. Conhecem-se manifestações dos segmentos que poderão ser sociedade civil. Assim como se vislumbram no horizonte as condições de possibilidade de uma nova geração que, futuramente, irá mudar as coisas.

Enquanto isso os abutres sobrevoam a paisagem incinerada. Este ano pode ser o ano das eleições. Um ano mau. Julgo que não estarão reunidas as condições para que estas sejam efectivas. Adiantamento, quanto a mim, é o que deverá suceder. Há quem pense que na véspera das datas acordadas as eleições serão adiadas. Só nessa altura, para garantir a pachorra dos mediadores. Tudo isto colocará muitos problemas. Mas qual é o preço mais alto? Será que com mais mortos o processo não sai mais oneroso? Querem exemplos para acreditar que as minhas dúvidas têm fundamento?

Se as eleições acontecerem, nas condições actuais, os moçambicanos — todos! — vão perdê-las. Enquanto isso, deixo registado, nestas páginas, os meus votos: infelizmente a Frelimo vai ganhá-las; felizmente a Renamo vai perdê-las. ■

* escritor moçambicano

"DOMINGO" VOLTA ÀS BANCAS EM MOÇAMBIQUE — Com a vida a voltar à normalidade em Moçambique, começam também a regressar os antigos jornais. Ontem, voltou às bancas o semanário "Domingo". O antigo director do "Expresso", Augusto de Carvalho, surge na ficha técnica da nova publicação como "assessor" técnico da direcção do jornal. Esta semana deverá ainda ser editado o primeiro número de um outro semanário, "Savana", propriedade da cooperativa de jornalistas Mediacoop, que edita o boletim "Mediafax". A assinatura do contrato de gestão do "Domingo" com a Editores associados, de que fazem parte a Sociedade Notícias e a empresa Emirec, provocou alguma polémica no ano passado, quando o boletim "Mediafax", acusou os responsáveis do projecto de estarem ao serviço do Governo. O estatuto editorial da nova publicação define-a como um jornal de grande informação, independente e plural.

PÚBLICO, 17 1 94

BAFATÁ EXIGE DEMISSÃO DE "NINO" VIEIRA — O movimento Bafatá, uma das forças da oposição guineense, exigiu ontem em Bissau a demissão do Presidente João Bernardo Vieira, "Nino", e do ministro do Interior, Abubacar Baldé, na sequência das declarações feitas por alguns dos arguidos durante o julgamento de uma alegada conjura contra o regime. O Bafatá, que figura nos autos como parte da pretensa conspiração, pediu uma indemnização "pelos danos que o regime causou" e o julgamento dos responsáveis pela "farsa". O processo do chamado "caso 17 de Março" prossegue amanhã, depois de nas sessões anteriores terem sido feitos depoimentos segundo os quais a Segurança do Estado é que arquitectou tudo, designadamente no sentido de tentar implicar o líder do Partido da Renovação e Desenvolvimento (PRD), João da Costa, e o movimento Bafatá.

PÚBLICO, 16 1 94

Aumento de capital para cobrir prejuízos

BLI procura sócio sul-africano

PÚBLICO, 11 1 94

O BANK of Lisbon International (BLI), instituição sul-africana controlada em partes iguais pelo Banco Nacional Ultramarino (BNU) e Grupo Amorim — ambas com 42,3 por cento —, decidiu ontem, em assembleia geral de accionistas, aumentar o capital social de 24 milhões de rands para 28 milhões (1,39 milhões de contos), reforço este que se destina a cobrir os prejuízos registados em 1993 (aproximadamente 165 mil contos).

Este aumento, de quatro milhões de rands (cerca de 200 mil contos), é acompanhado proporcionalmente pelo dois grandes accionistas e, ainda, pelo Banco Português do Atlântico, que, com 13,7 por cento das acções, também participa na instituição. O objectivo da operação é adequar os rácios de solvabilidade do BLI depois de um ano em que se registaram prejuízos, apesar de o "cash-flow" e os resultados operacionais terem atingido valores positivos.

O Grupo Amorim, que há algum tempo manifestou interesse em desinvestir na área financeira, designadamente no BLI, optou por não vender a sua posição, tendo os accionistas do Bank of Lisbon antes optado por procurar um parceiro local que permita uma estratégia de crescimento. "O corpo accionista mantém-se até que as negociações com um investidor sul-africano sejam conclusivas", disse uma fonte do BLI. O investimento do BNU no BLI está ligado, igualmente, a uma estratégia africana do Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD), de que o Nacional Ultramarino faz parte.

A mesma fonte explicou que o BLI não será reafectado à CGD, como sucedeu recentemente com a Banque Franco-Portugaise (BFP), em que a Caixa adquiriu 51 por cento da entidade francesa ao BNU. A penetração do Grupo CGD em Angola e Moçambique, que será feita pelo BNU ou

também através do BLI, está a ser estudada, mas depende de uma série de factores, como a clarificação da fase de transição política que a África do Sul atravessa e das eleições que se vão realizar naquele país, em Abril próximo. Certo é que até agora ainda não foi decidido como será feita a articulação, nos Países de Língua Oficial Portuguesa, do BNU e BLI — o quinto maior banco sul-africano, embora a alguma distância dos quatro grandes.

Quanto à Banque Franco-Portugaise, com a compra da maioria do seu capital pela CGD, alterou-se a estratégia inicialmente estabelecida e na qual a BFP estava destinada a ser a instituição do Grupo Caixa, em França, com vocação para o retalho, enquanto os oito balcões da CGD, implantados geograficamente na região de Paris, deveriam assumir uma especialização mais para a banca por grosso e sobretudo para o

negócio internacional. Verificar-se-á uma união entre as duas estruturas, mantendo-se a marca BFP.

A CGD, recorde-se, anunciou recentemente a compra de 51 por cento da BFP ao BNU, o qual é, por sua vez, participado a 90 por cento pelo Grupo Caixa. A transacção correspondeu a uma reafectação de participações no interior do grupo estatal. O preço do negócio teve em consideração o valor líquido da participação no balanço do BNU. Complementarmente, e de acordo com as autoridades francesas quanto ao saneamento da BFP, a CGD concedeu à instituição francesa um empréstimo subordinado. A BFP tem um activo total de aproximadamente 3400 milhões de francos e dispõe de uma rede de 43 balcões, que se juntam aos oito balcões da sucursal de Paris, ficando o Grupo CGD com 51 dependências em França. ■

Pedro Fernandes

Vitória amarga

ANTÓNIO ANTAS de Campos, o nome apresentado pelo Governo português para integrar a Unidade Eleitoral Europeia, será o porta-voz político e o responsável pelos contactos exteriores da estrutura de acompanhamento das eleições sul-africanas montada pela União Europeia. O diplomata português era candidato ao lugar de "número dois", que acabou por ser preenchido por um embaixador francês.

A escolha dos membros da equipa europeia encarregada de seguir no terreno o processo

eleitoral na África do Sul foi feita pela Comissão na passada terça-feira, a partir dos nomes sugeridos pelos Estados-membros e apresentados no Conselho de Ministros. Antes de Campos, um diplomata colocado em Pretória há três anos e meio e que desempenhou funções na embaixada de Portugal em Luanda entre 1979 e 1982, será um dos oito peritos que vão trabalhar sob a presidência de um embaixador holandês apontado para liderar a Unidade Eleitoral Europeia.

A constituição desta estrutura europeia é uma das primeiras manifestações concretas da Política Externa e de Segurança Comum introduzida com a entrada em vigor do Tratado de Maastricht. Antes de chegar à Comissão

Europeia, os nomes apresentados pelos Governos passaram por uma "célula" onde está representada a "troika" — Bélgica, Grécia e Alemanha —, alguns outros Estados-membros e a própria Comissão, que funcionou como primeiro "filtro" pelo qual a candidatura portuguesa passou sem objecções.

Lisboa apostou forte na candidatura de Antas de Campos, entendendo que a presença de um diplomata português na Unidade Eleitoral Europeia — sobretudo no lugar de "vice", que acabou por perder para Paris — constituiria um sinal importante para a grande comunidade portuguesa na África do Sul, onde esporadicamente se têm manifestado sintomas de apreensão face ao

evoluir do processo político naquele país.

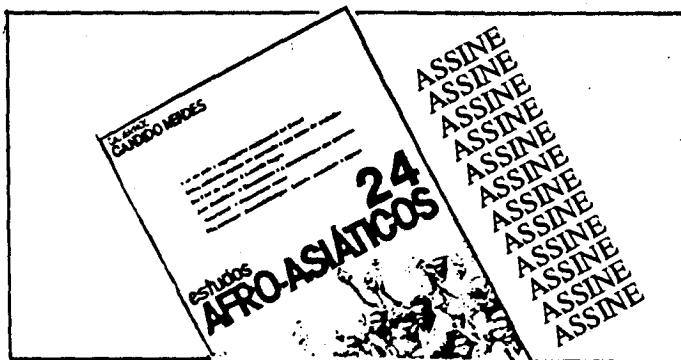
A Unidade Eleitoral Europeia é uma entre as muitas estruturas de acompanhamento das eleições marcadas para o dia 27 de Abril. A ONU, a OUA, a Commonwealth, uma série de organizações não-governamentais e instituições sul-africanas também se preparam para movimentar os seus próprios observadores. A ligação com estas outras estruturas será parte importante do tarefa do diplomata português, tendo em vista o objectivo de se chegar ao fim de Abril com um balanço comum das condições em que terá decorrido o primeiro acto eleitoral na África do Sul pós-"apartheid". ■

Joaquim Trigo de Negreiros

Acidente na África do Sul...

PÚBLICO, 12 1 94

FORAM CONFIRMADOS pela polícia sul-africana 14 mortos e 27 feridos como resultado do despiste de um autocarro, cerca das 4h de ontem, entre Harrismith e Kest Ell, no Estado Livre de Orange (centro do país). Um porta-voz da polícia adiantou não se saber exactamente as causas do despiste do autocarro que transportava 47 pessoas, mas adiantou que provavelmente o condutor perdeu o controlo do veículo, que saiu da estrada e chocou com uma barreira de uma ponte, tendo-se partido ao meio. ■



Inkatha sob pressão

PÚBLICO, 14.1.94

A DECISÃO tomada pelo bantustão Ciskei, membro da Aliança da Liberdade, de se integrar no processo de transição que está a decorrer na África do Sul vai intensificar a pressão exercida sobre o Partido Inkatha para que faça o mesmo, apesar de o respectivo líder continuar a dizer que não deseja acatar a Constituição que foi delineada para vigorar agora durante cinco anos.

A Aliança é formada pelo Partido Conservador, pela Frente Popular Afrikaner, pelo Bophuthatswana, pelo Ciskei e pelo Inkatha, que se têm oposto ao processo de democratização tal como é conduzido pelo go-

verno de Frederik de Klerk e pelo Congresso Nacional Africano (ANC), de Nelson Mandela. E deve representar 11 a 14 por cento de todo o eleitorado sul-africano.

Segundo sondagens recentes, o Inkatha é de longe o partido mais votado de entre os que constituem a Aliança da Liberdade, pelo que o governo e o ANC o desejam convencer a entrar no Conselho Executivo Transitório (TEC) e a ir às eleições gerais de 27 de Abril.

O partido liderado por Mangosuthu Buthelezi tem-se mostrado extremamente renitente porque quer mais autonomia regional, rejeita o projecto

de um só boletim de voto servir tanto para a Assembleia Nacional como para a regional e não concorda com o sistema estabelecido para a redacção do próximo texto constitucional.

No entanto, não há unanimidade no Inkatha quanto à última palavra a ter acerca das eleições; e alguns membros da Comissão Central estão a tentar convencer a velha guarda a participar, dizendo que não há alternativa. Pois que em caso contrário o ANC conseguirá facilmente mais de 60 por cento dos votos expressos e o novo governo poderá esmagar a oposição.

Algumas emendas na Constituição pronta a entrar em vi-

gor ainda poderão ser feitas até dia 24; e em 26 o Presidente De Klerk deverá confirmar oficialmente que as eleições vão mesmo ser no dia 27 de Abril. Pelo que é fundamental que Buthelezi não cumpra nos próximos dias a ameaça de cortar todo o diálogo com o governo e com o ANC. Ainda há semana e meia para tentar a todo o custo a desejável concertação.

Entretanto, e apesar de todas as reservas, o Inkatha comporta-se como se estivesse em campanha eleitoral: enormes anúncios nos jornais, comícios e distribuição de t-shirts, bonés e bandeiras.

Steven Lang, em Joanesburgo

África do Sul no fio da navalha

UMA das consequências da persistência da violência política na África do Sul poderá ser o alargamento, pelo menos informal, das competências do Conselho Executivo de Transição (CET), o órgão multirracial criado para «fiscalizar» a actividade do Governo até às primeiras eleições multirraciais do país, marcadas para 27 de Abril.

Apesar de o Governo ter insistido em que o recém-criado CET — que teve esta semana a sua primeira reunião — terá apenas um papel consultivo, no Partido Nacional (branco, no poder) e noutras formações políticas, parece estar a ganhar corpo a ideia de que o Conselho deve ser associado a algumas decisões administrativas, nomeadamente no domínio da segurança.

O pedido feito na semana passada pelo ministro da Lei e da Ordem, Hermus Kriel, para que o CET desempenhe um papel activo na identificação e procura dos autores da chacina de Heidelberg Tavern (cometida no mês passado na Cidade do Cabo), que a polícia alega estarem escondidos no Transkei, seria um reflexo disso.

O tiroteio de domingo em Katlehong, quando o secretário-geral do Congresso Nacional Africano (ANC), Cyril Ramaphosa, e o líder do PC sul-africano, Joe Slovo, visitavam este «ghetto» dos arredores de Joanesburgo (um morto e dois feridos), poderá dar mais razões aos defensores daquela tese.

A questão da violência política (mais de 4 mil mortos em 1993) e da segurança foi, aliás, o principal tema do

EXPRESSO, 15.1.93

encontro de terça-feira entre o líder do ANC, Nelson Mandela, e o Presidente Frederik De Klerk. Na «cimeira de urgência», pedida pelo ANC e que durou quatro horas, Mandela terá apresentado um plano que preconizaria a substituição das unidades antiterrorismo, muito desacreditadas, por uma força multipartida de interposição, já prevista na Constituição.

Mandela e De Klerk deverão voltar a reunir-se esta semana, para tentarem levantar mais alguns escolhos que estão a emperrar a transição política. Um deles desapareceu esta semana, quando o líder do Ciskei, brigadeiro Oupa Gqozo, anunciou que deixará de boicotar o CET e que o bantustão participará nas eleições.

Depois deste «sim», o

Bophuthatswana, de Lucas Mangope, e o KwaZulu, de Mangosuthu Buthelezi, são os dois únicos bantustões que continuam a recusar-se a participar nas conversações e na consulta de Abril.

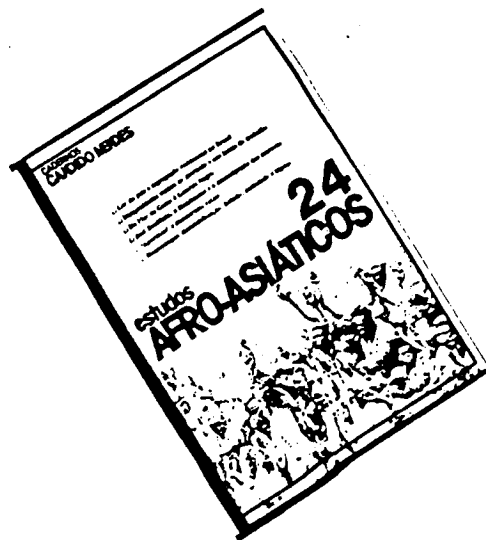
Segundo uma sondagem efectuada em Outubro e Novembro junto de 2.100 pessoas de toda a África do Sul, cujos resultados foram publicados segunda-feira, a aliança ANC-PC ganhará as eleições de 27 de Abril, com 67 por cento dos votos, seguindo-se o Partido Nacional (branco, no poder desde 1948), com 17 por cento, o movimento zulu Inkhata, de Buthelezi, o grande rival do ANC (6%) e vários grupos da extrema-direita branca (que recolheriam, no total, cerca de 7%).

J.C.

Diálogo na África do Sul

OS DIRIGENTES de diversas forças da direita sul-africana congregadas na Aliança da Liberdade decidiram ontem, numa reunião efectuada em Pretória, prosseguir negociações com o governo e com o Congresso Nacional Africano (ANC), acerca da transição do país para uma democracia plena. O Ciskei, um dos bantustões a quem o regime do «apartheid» concedera uma independência que deverá agora ser anulada, anunciou afastar-se da Aliança e pedir a entrada no Conselho Executivo Transitório (CET), que está a fiscalizar os preparativos das eleições gerais a realizar em 27 de Abril. Mas, por outro lado, a principal figura das forças de direita, Mangosuthu Buthelezi, continua a dizer que não tem grande esperança no diálogo com o governo e o ANC. ■

PÚBLICO, 15.1.94



Observadores da ONU na África do Sul

O MINISTRO sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, acolheu ontem favoravelmente a decisão tomada na véspera pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas de enviar perto de 1.800 observadores civis para as eleições de 27 de Abril, que constituem um autêntico marco na História africana.

Na sua resolução 894, aprovada por unanimidade, o Conselho prorrogou o mandato da pequena missão da ONU que já está na África do Sul e autorizou o envio por fases de novos observadores, de modo a que o processo eleitoral possa vir a ser muito mais transparente do que aquele que se verificou em

Angola, no mês de Setembro de 1992.

O mesmo órgão também determinou que as Nações Unidas coordenem as actividades de mais de 1.000 observadores de outras entidades, incluindo 50 da Organização de Unidade Africana, 322 da União Europeia, 70 da Commonwealth e uns 600 de diversos países.

No total, haverá pois um mínimo de 2.840 estrangeiros a zelar por que tudo corra de forma decente na primeira vez que todos os sul-africanos vão às urnas, em pé de igualdade, a fim de escolher órgãos legislativos, a nível nacional e regional, verdadeiramente representativos do querer da população.

PÚBLICO, 16 1 94

A esses será ainda de acrescentar possivelmente mais de 2.000 outros observadores a enviar por uma vasta gama de organizações não-governamentais, dado que na África, na Europa, nas Américas, na Ásia e na Oceânia as chancelarias e os mais diferentes grupos políticos e humanitários se interessam pela formação do novo sistema sul-africano, passada que está a fase do "apartheid".

A resolução aprovada sexta-feira pelo Conselho de Segurança pede a todas as partes, incluindo os grupos que não participaram activamente nas negociações sobre a construção da nova África do Sul, que res-

peitem os acordos a que já se chegou e que vão às urnas.

Segundo sondagens recentes, o Congresso Nacional Africano (ANC) e os seus amigos do Partido Comunista poderão totalizar perto de 67 por cento dos votos expressos, o Partido Nacional, de Frederik de Klerk, cerca de 17, o Partido Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, seis e as diversas formações da extrema-direita branca um conjunto de sete por cento. Mas muito irá de certo depender do índice de abstenção, que poderá ser elevada entre os negros se entretanto o nível de violência se mantiver elevado nas suas áreas. ■

Extremistas boers espalham terror

PÚBLICO, 17 1 94

OS EXTREMISTAS brancos do Exército Republicano Boer (BRA) ameaçaram de morte três ministros sul-africanos e o próprio general na reserva Constand Viljoen, dirigente da Frente Popular Afrikaner, que consideraram muito moderado, noticiou ontem o "Sunday Times" de Joanesburgo.

Os ministros da Lei e da Ordem, Hernus Kriel, do Trabalho, Leon Wessels, e do Desenvolvimento Constitucional, Rolf Meyer, receberam uma carta do BRA e um saco com um pedaço de plástico e um fósforo, como que a avisar que poderão vir a ser alvo de atentados.

Aquele grupo extremista já na quinta-feira ameaçara matar os observadores estrangeiros aguardados para as eleições gerais de 27 de Abril, que devem ser boicotadas pelos brancos mais radicais, em cujo entender o Partido Nacional, de Frederik de Klerk, "vendeu" a África do Sul à maioria negra amiga dos comunistas.

Enquanto isto, o Congresso Pan-Africano (PAC), da extrema-esquerda, anunciou ontem suspender a luta armada, enquanto as sondagens continuam a dizer que o Congresso Nacional Africano (ANC), de Nelson Mandela,

poderá conseguir nas eleições a maioria de dois terços necessária para elaborar uma nova Constituição como melhor entender.

O presidente do PAC, Clarence Makwetu, informou em conferência de imprensa que os comandantes do Exército Azaniano de Libertação Popular, ramo militar daquela formação política, começaram a dizer aos seus homens para depor as armas.

"Queremos demonstrar o nosso compromisso com a paz, que é essencial para assegurar eleições livres e justas", disse Makwetu, cujo partido é creditado com 1,7 por cento dos vo-

tos, enquanto a última sondagem publicada dá 65 por cento ao ANC, 15,8 ao Partido Nacional e 5,2 ao Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, admitindo-se cerca de sete por cento para a extrema-direita branca.

De acordo com o trabalho ontem publicado pelo "Sunday Times", o ANC terá uma maioria convincente em sete das novas regiões administrativas em que fica dividida a África do Sul, incluindo a província do Natal, bastião do Inkatha. E o Partido Nacional conseguirá uma votação particularmente boa no Cabo Ocidental, em redor da Cidade do Cabo. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roginaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados a (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/RJ 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). We ask exchange.

UVA.
LLVIL
UTH AFRI.

5

VIA AÉREA
PAR AVION



I M P R E S S O